

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

**DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA LOTAÇOR S.A.**

PONTA DELGADA
2 FEVEREIRO DE 2021



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 2 de fevereiro de 2021, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, São Miguel, com recurso a videoconferência, a fim de proceder à audição da Dra. Catarina de Lacerda Martins, indigitada pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da LOTAÇOR – Serviços de Lotas dos Açores, S.A.

O *Curriculum Vitae* da Dra. Catarina de Lacerda Martins fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).



2.º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

A Presidente do Conselho de Administração indigitada, Dra. Catarina de Lacerda Martins, iniciou esta audição com a apresentação do seu percurso profissional.

Com 48 anos, natural de Ponta Delgada, trabalha há 26 anos na empresa Lotaçor, tendo percorrido na empresa várias funções, sendo neste momento técnica superior na área do controlo de gestão.

Ao longo do seu percurso profissional foi assessora da administração daquela empresa, diretora financeira e esteve durante 5 anos no seu conselho de administração (2000 a 2005), como vogal. Nesse período acumulou funções, durante um ano, como administradora não executiva da Cofaco, empresa na qual a Lotaçor detinha uma participação de 20% do seu capital social, e ainda esteve, em regime de comissão de serviço durante 3 anos, na Atlânticoline na função de diretora financeira.

Foi delegada sindical na Lotaçor, eleita pelos seus trabalhadores, e dirigente do Sindicato da Marinha Mercante, Agências de Viagem, Transitários e Pesca. Pertenceu a vários grupos de trabalho na fileira do pescado dos Açores, em que releva o Grupo de Ação Local Pescas, para as ilhas de S. Miguel e Santa Maria (Mar Açores Oriental), entre 2016 e 2018, com outros parceiros do sector, como a Associação de Comerciantes de Pescado dos Açores, a Organização de produtores Porto de Abrigo, entre outras empresas e instituições da fileira do pescado.

De seguida a Dra. Catarina Martins apresentou a sua visão para a empresa, que, lembrou, completa agora 40 anos.

Segundo a Gestora, a Lotaçor tem um profundo histórico na fileira do pescado, com cerca de 200 trabalhadores, dos quais 15% são mulheres, representada em todas as ilhas, de Santa Maria ao Corvo, com infraestruturas e equipamentos em todas elas, sendo os mais significativos as lotas, os entrepostos frigoríficos, as gruas, 50 máquinas de gelo, enfim, uma série de infraestruturas e equipamentos muito importantes para toda a fileira do pescado.

O maior ativo que a Lotaçor tem, segundo a Presidente indigitada, é imaterial, ou seja, a experiência, o conhecimento profundo dos hábitos, cultura e necessidades não só da classe piscatória, como da comercialização, da transformação e da indústria, porque os trabalhadores da Lotaçor têm contatos diários com toda a fileira.



“Eu diria que a Lotaçor tem um papel central e transversal a toda a fileira, porque é na Lotaçor, nomeadamente nas lotas, onde todos se encontram diariamente porque trabalhamos todos os dias juntos”, referiu a Dr. Catarina Martins.

“É objetivo da nova administração incrementar ainda mais este papel, de ser o pólo de ligação entre os intervenientes de toda a fileira do pescado”, acrescentou.

Para além disso, pretendem defender o rendimento do pescador que só é possível se este for um esforço de toda a fileira.

“Temos uma missão para 2021, e eu falo sempre no plural porque eu estou indigitada para Presidente do Conselho de Administração, mas temos outros dois administradores, um deles já nomeado, o Dr. Simão Neves, que é um gestor de 48 anos, que conheci no Gal Açores Oriental, que já passou por vários sectores, estando há cerca de 7 anos na área de comercialização do pescado, tendo pertencido à Associação do Pescado dos Açores. Tem ainda um vogal não executivo, o Dr. Nuno Rodrigues, especializado em contabilidade, que pertence aos quadros da Direção Regional do Orçamento e Tesouro, um gestor mais novo, ainda nem tem 40 anos, que vem trazer a mais valia em termos de visão do sector público regional”, afirmou.

“Eu trago a visão da casa, de gestora da casa, que conhece todos os trabalhadores da empresa e que conhece toda a fileira, fruto da minha atividade profissional. O Dr. Simão Neves traz toda a visão estratégica da fileira e o Dr. Nuno Rodrigues a visão de todo o setor público empresarial regional” referiu ainda.

Entende que esta é uma equipa que se completa, que está a construir as linhas estratégicas para levar a sua missão avante, que é, no fundo, ajudar todos os dias a valorizar o pescado dos Açores. É esse o mote desta nova administração e para isso contam com todos.

Referiu que existiam planos estratégicos muito bem feitos, com muitos gráficos, muito Excel, mas faltava quem faça chegar a mensagem diariamente aos trabalhadores e nessa função a Presidente indigitada diz sentir-se numa posição privilegiada, não só pela sua experiência no controlo de gestão e na gestão da empresa, como também na questão de representação dos trabalhadores da Lotaçor, papel que, segundo ela, desempenhou com muito orgulho nos últimos anos.

Todos os Deputados que intervieram nesta audição começaram as suas intervenções desejando à Dra. Catarina Martins os maiores sucessos no desempenho das suas novas funções como Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, SA.



O Deputado Carlos Furtado começou por demonstrar a sua satisfação pelo facto de a Dra. Catarina Martins ser conhecedora da empresa e de todo o sector.

Afirmou de seguida que a atividade piscatória não tem atingido os resultados da agricultura, por exemplo, e tem sido, de forma continuada, o parente pobre da atividade económica, perguntando à gestora, qual a sua visão sobre esta matéria e quais as medidas que tem em mente para ultrapassar essas dificuldades e criar algum equilíbrio no setor.

Em resposta, a Presidente referiu que a Lotaçor, com o seu papel transversal a toda a fileira e com o foco que tem na valorização diária do pescado, pode prestar um melhor serviço e criar melhores condições para a classe piscatória poder valorizar o seu produto.

A esse propósito a Gestora referiu que a questão dos rendimentos tem muito a ver com a organização da classe e passa muito pelas parcerias com outras entidades, com a formação, higiene e segurança do pescado, a composição das tripulações e a forma de distribuição dos “quinhões”, que tem características próprias em cada uma das ilhas.

Tudo isto tem de ser repensado numa ótica transversal a todos os intervenientes da fileira, cabendo à Lotaçor contribuir diretamente para o aumento do rendimento com o melhoramento das infraestruturas, nomeadamente com os quatro investimentos que a Lotaçor tem em carteira em entrepostos frigoríficos. “O nosso foco é trabalharmos todos os dias para melhorarmos o rendimento dos pescadores”, referiu a Presidente indigitada, acrescentando que este deve ser um objetivo de todos, Federação das Pescas dos Açores, comerciantes, etc., porque aqui não deve haver interesses antagónicos.

O Deputado Carlos Furtado alertou para o facto de ser perceptível que havia uma distância muito grande entre a rentabilidade dos produtores e o circuito da comercialização, sabendo que é prática corrente dizer-se que é este circuito que ganha muito dinheiro neste processo.

O Parlamentar afirmou, ainda, que bem sabia estarmos perante regras comerciais em que “cada um puxa a brasa à sua sardinha”, em que cada um procura defender-se, mas, na sua opinião, tinha de haver um contrapeso por parte da Federação, porque o que é sempre dito é que os comerciantes ficavam com o lucro todo ao contrário dos pescadores.

A Dra. Catarina Martins, em resposta, afirmou que a análise sobre o valor do pescado, que por vezes é feita nomeadamente nos jornais, é, muitas das vezes, tecnicamente errada, porque refletem o preço na bancada de uma superfície comercial, portanto um preço final, já com IVA,



com a taxa de lota incorporada e, como tal não se pode comparar com o preço do produto que está visível no portal da Lotaçor ou no Serviço Regional de Estatística.

Ainda a respeito do valor do pescado, a Gestora referiu que o preço estatístico também não discriminava por calibres, e isso fazia toda a diferença, por exemplo, não se podendo comparar um goraz de calibre maior com um de menor calibre, o que nos faz dizer que o preço médio pode ser enganador.

No seu entender, esta análise, a ser feita, teria de ser muito mais minuciosa tendo em conta os calibres, os graus de frescura, etc.. Estas análises carecem de ser melhor detalhadas, segundo a Presidente.

O Deputado José Ávila começou por dizer que a Dra. Catarina Martins, tal como referiu, teve um percurso profissional todo à volta da Lotaçor.

Segundo o Parlamentar, é um currículo muito ligado às decisões dos últimos tempos, à própria gestão da empresa e, por outro lado, também, a exigências dos seus trabalhadores.

“Para nós, a Lotaçor é, de facto, uma empresa que é estruturante para toda a fileira da pesca, desde a produção, comercialização e indústria”, referiu.

“Não concordamos que se diga que este setor é o parente pobre da economia dos Açores, se assim fosse, não representava 20% das nossas exportações”, esclareceu, acrescentando que, de fato, existem algumas comunidades piscatórias que tem problemas com a distribuição do rendimento, que todos juntos temos a obrigação de combater.

O Deputado José Ávila perguntou que alterações iria implementar na gestão e no funcionamento da Lotaçor ou, então, se ia dar continuidade ao trabalho já desenvolvido ao longo dos últimos anos.

Questionou ainda se iria manter o serviço de intermediação comercial e de outros serviços que estão, habitualmente, destinados à banca e se iria manter os horários das lotas a funcionar de um modo flexível, adaptado a cada uma das ilhas.

Por fim, o Parlamentar quis saber se o atual Governo irá manter a série de isenções de taxas cobradas pela Lotaçor, que beneficiaram mais de 260 compradores, 490 armadores e outras entidades que eram utilizadores dos entrepostos e qual a sua posição relativamente à privatização da Santa Catarina e se tinha conhecimento se esta empresa era apeteável no meio empresarial.



A Dra. Catarina Martins, respondendo à questão, relativamente à suspensão de receitas, afirmou que essa não era competência da administração da Lotaçor, mas seria uma competência governamental, nomeadamente da tutela setorial, afirmando ainda que as taxas estavam suspensas até 31 de Março de 2021 e que havia uma portaria de extensão do atual Governo de dezembro e, para além disso, ainda não tinha qualquer indicação, dando a conhecer que ainda não se tinha reunido com os senhores Secretários da área setorial e das finanças.

A Gestora, relativamente à continuidade das linhas estratégicas que vêm do anterior conselho de administração, afirmou que, obviamente, o que estava bem era para continuar, porque havia trabalho feito, mas que se iria melhorar o que fosse possível melhorar, acrescentando que em algumas áreas era preciso fazer uma reavaliação em conjunto com os parceiros.

Relativamente aos horários das lotas, a Dra. Catarina Martins afirmou ser um assunto muito sensível, que tinha que ser reavaliado caso a caso, no fundo, o que já acontecia atualmente, referindo ainda que os horários têm sido regularmente alterados em função dos planos de contingência, ouvidas as associações, os seus associados e os produtores para chegar a um consenso relativamente a esta questão.

A Gestora, relativamente aos pagamentos afirmou que a Lotaçor não comprava o peixe para o vender. Segundo a mesma, a Lotaçor funcionava como uma bolsa, a lei da oferta e da procura a funcionar que vinha das administrações anteriores.

Afirmou que atualmente já existiam contratos de abastecimento direto e que a tendência seria para aumentar, tratando-se de um acordo relativo a um preço de determinadas espécies entre o produtor e o comerciante.

No seu entendimento, esta nova realidade iria crescer tendencialmente nos próximos anos e que, se assim for, esses contratos saiam da gestão de tesouraria da empresa.

Atualmente, segundo a Dra. Catarina Martins, o pescado transacionado em lota até ao valor de 2.500 euros era pago a pronto e acima de 2.500 euros era pago a 14 dias, operações que estavam a correr bem e que sendo assim não tinham razões para as alterar.

Relativamente às linhas de crédito, afirmou que já tinham fechado há cerca de 3 anos e que não tinha qualquer informação sobre a necessidade de intervenção da Lotaçor sobre essa matéria.

No que se refere à Santa Catarina, afirmou ser um dossier dos primeiros a estudar, mas que tinha a sua visão da empresa, nomeadamente o seu papel socioeconómico muito importante



para a Ilha de São Jorge e para a Região, não só pela questão do emprego gerado, cerca de 130 trabalhadores dos quais 80% eram mulheres, mas também pela qualidade do produto que tem sido reconhecido internacionalmente através de prémios que têm obtido.

Relativamente ao processo de alienação em curso, sabe o que é público, que havia uma Resolução do Conselho do Governo de 2018, no âmbito da reestruturação do setor público empresarial, que tinha como objetivo a alienação de 80% do capital da conserveira.

Afirmou ainda que não sabia em que fase estava o processo, mas acreditava que existiam empresas interessadas no negócio.

Acentuou que as contas da empresa não estavam nas melhores condições, como era conhecimento geral, e que pesavam nas contas da Lotaçor, quer no balanço, quer na demonstração de resultados da empresa.

Referiu que quando o Governo Regional resolver a participação da Santa Catarina muito mais fácil ficaria a gestão da Lotaçor, porque se estava a falar em metade dos custos financeiros.

O Deputado Paulo Estevão começou por tecer elogios ao currículo da Dra. Catarina Martins e ao seu percurso na empresa, elogios que se estenderam também às respostas dadas, às questões já formulados pelos Deputados da Comissão de Economia.

Por fim, perguntou qual era a sua perceção, tendo em conta o conhecimento profundo que tinha da empresa, sobre os principais desafios da Lotaçor na atual conjuntura.

A Dra. Catarina Martins referiu que os principais desafios, antes de mais, seriam levar a bom porto a solução da Santa Catarina, pelos motivos já explicados, depois estabelecer contratos de gestão, estabelecer serviços gestão de portos de pesca, o acordo de saneamento da dívida de Santa Catarina, um acordo tripartido entre a Região, Lotaçor e empresa, para se apurar os valores em dívida a Santa Catarina.

Por outro lado, será estabelecido um plano de investimentos que terá de ser negociado para o mandato 2021 e 2023, um plano de investimentos plurianual, que será objeto de candidatura a fundos comunitários.

Revelou que, por estarmos numa fase de transição de quadros comunitários, será um desafio gerir essa pasta, nomeadamente quando abrirem as candidaturas mais à frente para o quadro comunitário 2021/2027.



No plano de investimentos estava incluída a questão da rede de frio da Lotaçor, já abordada, que tinha a ver com uma requalificação geral da rede de frio dos entrepostos da Região, nomeadamente, na Vila do Porto, investimento que será concluído no início do próximo ano, o da Horta que já está a decorrer a obra e que custou 3 milhões e meio de euros, que estará concluída em setembro de 2021, obras de requalificação do entreposto da Madalena do Pico que está numa fase de revisão do projeto, bem como a requalificação do entreposto frigorífico das Lajes das Flores, investimento de 610.000 euros e que está em fase de adjudicação.

Lembrou ainda que eram entrepostos que já tinham mais de 30 anos, apesar de sujeitos a manutenções, mas que precisavam de grandes obras de requalificação.

Para além disso, o novo Conselho de Administração promoverá investimentos na formação profissional, sempre com o foco da valorização do pescado, nomeadamente na área da conservação do pescado, um contributo para a valorização e qualidade do mesmo.

Segundo a Gestora, o profissional da pesca tem de ter a melhor formação possível na área da conservação e da manutenção, assim como os trabalhadores das lotas e aí a Escola do Mar poderá ser uma peça chave para esta finalidade. Referiu ainda que internamente a empresa tem bons quadros, onde se inclui duas veterinárias, que ajudam muito nesta área de consciencialização e formação técnica dos profissionais da fileira.

Referiu ainda que a Lotaçor tinha bons quadros, bons trabalhadores, bom pessoal das lotas, bons operadores de manutenção, bons técnicos superiores, nomeadamente engenheiro civil engenheiro eletromecânico, engenheiro do ambiente. Concluindo que não faltavam recursos e que seria necessário olear a máquina e fazer essa coordenação para resultar num bom trabalho.

O Deputado Rui Martins, iniciou a sua intervenção com elogios ao currículo e ao percurso da Dra. Catarina Martins.

Relativamente à questão da valorização do pescado e ao grande desafio, o de pescar menos e ter maior rentabilidade, ou seja, ter o menor esforço de pesca com maior rendimento, o Parlamentar constatou que a valorização do pescado passava muito pela capacidade de colocar em tempo útil o peixe nos mercados para trazer retornos financeiros.

Perguntou, de seguida, se a nova Administração previa rever a carteira dos serviços prestados pela rede de lotas, bem como os horários e se pretendiam também manter contato com os restantes elos da fileira por forma a maximizar esta cadeia de valor.



Perguntou ainda se pretendia fazer a prospeção de mercado nomeadamente participar em feiras e se pretendia fazer prospeção de mercados que pudesse acrescentar o valor do peixe menos valorizado.

Por fim, questionou se pretendia rever o procedimento e o teto do pagamento ao armador na descarga.

A Dra. Catarina Martins afirmou que, relativamente às questões da promoção do pescado dos Açores, era importante continuar a fazer pelo menos em duas feiras e outros eventos associados à Marca Açores.

Referiu ainda que tinham recursos humanos também muito bons nessa área da promoção e que não faltavam recursos para dar seguimento ao projeto da promoção.

O Deputado João Costa, também começou a sua intervenção elogiando o currículo e o percurso profissional da Dra. Catarina Martins na empresa.

Constatou que as perguntas que tinha para fazer já tinham sido feitas, salientando a importância de a Dra. Catarina Martins ter passado por toda a empresa e desempenhado várias funções, nomeadamente na administração, organização, presença nas feiras, contatos com pescadores, comercialização, etc.

Este percurso permite-lhe uma visão alargada da empresa e privilegiada, segundo o Deputado.

“Retive uma frase ‘que não pode haver domínios dos agentes na formação do preço’ e isso para mim (preço justo) tem todo o significado”, referiu o Deputado.

Salientou, também, a determinação da Dra. Catarina Martins e da estrutura que a acompanha.

O Deputado Nuno Barata começou por dizer que conhecia a Dra. Catarina Martins há mais de 30 anos, que conhecia também a sua carreira na Lotaçor e na Atlanticoline.

“É uma mulher profundamente de esquerda, com preocupações sociais e profissionais”, referiu.

Afirmou que as lotas dos Açores sofreram uma evolução tremenda nos últimos 30 anos, uma evolução do dia para a noite.

Entende também que a Lotaçor tem o desafio de vender a Santa Catarina para aliviar do excessivo peso financeiro.



3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PS: Sendo esta a escolha do acionista, o Partido Socialista abstém-se no presente relatório, tendo em conta que a indigitada remeteu para o acionista as decisões estruturais sobre a empresa.

PSD: O PSD vota favoravelmente o relatório e dá parecer favorável à indigitação.

CDS-PP: O CDS nada tem a opor.

CH: O Chega nada tem a opor.

PPM: O PPM está de acordo com a redação do relatório e apresenta a seguinte posição a respeito da audição realizada à Dr.ª Catarina Martins:

O Grupo Parlamentar do PPM dá um parecer francamente positivo à audição da Dr.ª Catarina de Lacerda Martins. Demonstrou, tal como já se inferia do seu currículo, um conhecimento muito profundo da empresa e dos desafios que a mesma enfrenta. Demonstrou, ainda, ter ideias claras e bem esquematizadas a respeito do que é necessário fazer para melhorar o serviço prestado pela empresa a toda a fileira da pesca. Por fim, merece uma referência muito positiva o facto da Dr.ª Catarina Martins ter feito uma defesa abnegada dos trabalhadores da empresa. Não existe melhor forma de liderar projetos.

IL: O IL nada tem a opor.

PAN: O PAN é favorável, tanto na redação do relatório como da indigitação.

Ponta Delgada, 2 de fevereiro de 2021.

O Relator

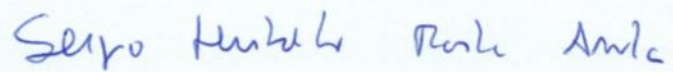
(José Ávila)



O presente relatório **foi aprovado por unanimidade.**

Ao presente relatório é anexo o *Curriculum Vitae*.

O Presidente



Sérgio Ávila

(Sérgio Ávila)